

## ⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

### Indústria Madeireira

**APROVADO** na Comissão de Ciência e Tecnologia o parecer favorável do relator, deputado Rosenverg Reis, ao Projeto de Lei nº 3049/2017, de autoria do deputado Dica, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de aproveitamento de resíduos das empresas moveleiras”.

## ⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária:  
Dia: 27/11/2017

### ANÁLISE DE VETO:

Destaque para:

### VETOS MANTIDOS:

**Veto parcial** - PL nº 4162/2018, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº23/2018), que dispõe sobre a criação de ação orçamentária e abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências. (Lei 8047/2018)

**Veto parcial** - PL nº 316-A/2015, de autoria do deputado Carlos Minc, que modifica a lei nº 5.502, de 15 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no estado do rio de janeiro, como forma de colocá-las à disposição do ciclo de reciclagem e proteção ao meio ambiente fluminense. (Lei 8006/2018)

**Veto total** - PL nº 1902/2012, de autoria do deputado Luiz Paulo, que dispõe sobre o conselho estadual de desenvolvimento econômico e social (cedes) e dá outras providências.

### VETO REJEITADO:

**Veto total** - PL nº 2058-A/2016, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que autoriza o Poder Executivo a instituir o selo empresa solidária com a vida no estado do Rio de Janeiro.  
PROMULGADA – LEI 8173 DE 30/11/18

**Veto total - PL nº 3549-A/2017**, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que institui, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, o segundo domingo de maio como feriado estadual. PROMULGADA LEI 8174 DE 30/11/18.

**Veto total - PL nº 301/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que destina ao menos 1% (um por cento) do valor dos Termos de Ajustamento De Conduta - TAC a serem aplicados na área de saúde ambiental. PROMULGADA – LEI 8.176 DE 30/11/18.

**Veto total - PL nº 696-A/2015**, de autoria dos deputados Samuel Malafaia e Átila Nunes, que dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e a prestação de serviços de produtos ópticos e afins no estado do Rio de Janeiro. PROMULGADO – LEI 8.178 DE 30/11/2018

### VETO RETIRADO DE PAUTA

**Veto parcial - PL nº 168/2015**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de painéis indicadores de empregos nos terminais rodoviários e estações de trens, barcas e metrô. (**Lei 8056/2018**).

**Obs:** Nas sessões plenárias dos dias 28 e 29 de novembro não teve deliberações das pautas, em virtude da falta de quórum.

Sessão ordinária do dia 04 de dezembro de 2018 - hora 15:00  
Continuação da votação, em discussão única

### **ANALISE DE VETO** **Destaque para:**

**Veto parcial - PLC nº 56/2018**, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 33/2018), que dispõe sobre a redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamentos em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica, de acordo com o autorizado no Convênio ICMS 75/18. (**Lei Complementar nº 182/2018**).

**Veto total - PL nº 2735-A/2014**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências.

**Veto total - PL nº 1645-A/2016**, de autoria da deputada Lucinha, que recomenda às empresas que fabricam e distribuem bebidas alcoólicas no estado do rio de janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito decorrentes do uso do álcool.

**Veto total - PL nº 1220-A/2012**, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que dispõe sobre a publicização do quadro de horários e frotas das linhas de transporte rodoviário intermunicipal.

**Veto total - PL nº 1252-A/2012**, de autoria dos deputados Enfermeira Rejane, Sabino, Edson Albertassi, Andreia Busatto, Roberto Henriques e Jânio Mendes, que cria o programa estadual de recuperação da malha ferroviária com objetivos turísticos.

**Veto total - PL nº 1430-A/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5(cinco) anos.

**Veto total - PL nº 1373-A/2016**, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que trata da obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

**Veto total - PL nº 1885/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que obriga hospitais, públicos ou particulares, a notificarem a polícia civil da internação de paciente que não possua identificação.

**Veto total - PL nº 2558-A/2017**, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que altera a lei estadual nº 4.119, de 1º de julho de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos prontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado.

**Veto parcial - PL nº 632/2015**, de autoria do deputado Átila Nunes, que institui a campanha estadual de conscientização para o descarte correto de medicamentos vencidos e/ou fora de uso. ([Lei 8135/2015](#)).

**Veto total - PL nº 3433/2017**, de autoria dos deputados André Ceciliano e Gilberto Palmares, que institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas e dá outras providências.

**Veto total - PL nº 1993/2016**, de autoria do deputado Dr. Deodalto, que dispõe sobre a realização de exames de troponina cardíaca em pacientes na rede pública de saúde do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

**Veto total - PL 4324/2018**, de autoria dos deputados Dr. Julianelli e Gilberto Palmares, que altera a lei nº 4119, de 1º de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências.

## ANALISE DE VETO

### Destaque para:

Sessão ordinária do dia 05 de dezembro de 2018 - hora 15:00  
Em discussão única  
(pendentes de parecer da Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos)

**Veto total - PL nº 1427-A/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro.

**Veto parcial - PL nº 4012-A/2018**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo estado de Rio de Janeiro. ([Lei 8139/2018](#)).

**Veto total - PL nº 3938/2018**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais.

**Veto total - PL nº 1749/2016**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que proíbe a emissão de documento fiscal com origem em outro estado da federação, pelas empresas contratadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro. ([Lei 8151/2018](#)).

**Veto parcial - PL nº 2259/2016**, de autoria do deputado Carlos Minc, que institui o sistema de logística reversa de embalagens e resíduos de embalagens no âmbito do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o previsto na lei federal nº 12.305, de 2010 e no decreto nº 7404, de 2010. ([Lei 8151/2018](#)).

**Veto total - PL nº 713/2015**, de autoria do deputado Flávio Serafini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública estadual do Rio de Janeiro.

**Veto parcial - PL nº 4358/2018**, de autoria dos deputados André Ceciliano e Christino Áureo, que altera a lei estadual nº 7495, de 05 de dezembro de 2016. ([Lei 8122/2018](#)).

## ANALISE DE VETO

### Destaque para:

Sessão extraordinária 05 de dezembro de 2018 - 17hs/5min

PL 3184/2017 - autores deputados Comte Bittencourt, Carlos Minc, Luiz Martins, Luiz Paulo e Gilberto palmares, que “Dispõe sobre a criação da nova agência reguladora de serviços públicos do estado do Rio de Janeiro - ARSERJ, com a fusão da AGENERSA e AGETRANSP, e dá outras providências”.

Sessão extraordinária 05 de dezembro de 2018 - 17hs/15min.

Regime de urgência/  
Discussão única

PLC 58/2018 - Poder Executivo - Prorrogação do prazo do Fundo de Combate a Pobreza

PL 4478/2018 - Poder Executivo - Calamidade pública

Sessão ordinária 06 de dezembro de 2018 - 15:00

Regime de Urgência/  
Discussão única

PL 4487/2018, do deputado André Ceciliano - incentivo fiscal para cultura.

Em 2ª discussão - redação do vencido

PL 3358-A/2017, da deputada - Linha social de transporte hidroviário urbano de passageiros, ligando a Praça XV e a Baía de Sepetiba.

Em tramitação ordinária  
em votação em 2ª discussão redação do vencido

PL 821-A/2015, do deputado Benedito Alves - criação de programa de incentivo à prática de atividades físicas no âmbito do estado do Rio de Janeiro

1ª discussão

PL 4177/2018, da deputada Lucinha - Regula a venda de mercadorias expostas no âmbito do Rio de Janeiro.

Link para acessar as pautas [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=59#](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=59#)

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### **Ofício GG/PL nº 769 de 26 de novembro de 2018**

#### **Veto total aposto ao PL 148-A/2011**

Autor: Deputado André Ceciliano

Cria programa estadual de aquisição de imóveis usados, que serão disponibilizados aos moradores de áreas de extremo risco e vítimas de calamidade e catástrofes no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. (DO-I de 27/11/18)

### **Ofício GG/PL nº 769 de 26 de novembro de 2018**

#### **Veto total aposto ao PL 1234-A/2015**

Autor: Deputado Dionísio Lins

Dispõe, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sobre a autonomia das unidades de saúde para atendimento a pacientes, e dá outras providências. (DO-I de 27/11/18)

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### **Decreto nº 46.507 de 23 de novembro de 2018**

Altera o Livro IX - da Prestação do Serviço de Transporte - do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/00, para adequar dispositivo relacionado ao manifesto eletrônico de documentos fiscais - MDF-E conforme disposto no ajuste SINIEF 21, de 10 de dezembro de 2010. (DO-I de 26/11/18).

### **Decreto nº 46.508 de 26 de novembro de 2018**

Dispõe sobre o tratamento fiscal a ser adotado nas operações de comercialização de mercadorias, no âmbito da Feira da Providência, nos termos do Convênio ICMS 93/18, de 26 de setembro de 2018.

## Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

### **Resolução Conjunta SEFAZ/SEGOV nº 59 de 13 de novembro de 2018**

Define tipos processuais utilizados pela SEGOV que passarão a ser autuados e tramitados pelo sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ). (DO-I de 28/11/18).

### **Resolução SEFAZ nº 349 de 27 de novembro de 2018**

Altera o art. 7º do Anexo II-A da Resolução SEFAZ nº 720/14, que dispõe sobre o cancelamento da nota fiscal de contribuinte eletrônica. (DO-I de 29/11/18).

### **Resolução SEFAZ nº 350 de 27 de novembro de 2018**

Divulga o prazo final para a apresentação do recurso referido no art. 4º da Resolução Conjunta Casa Civil/SEFAZ nº 11, de 05 de julho de 2018, relativo ao processo de verificação do atendimento aos requisitos e condicionantes dos incentivos fiscais ou benefícios de natureza tributária, previsto no art. 4º da Lei nº 7.595/2016. (DO-I de 28/11/18).

### **Resolução SEFAZ nº 351 de 28 de novembro de 2018**

Acrescenta o inciso VII e os §§ 6º e 7º ao art. 8º da Resolução SEFAZ nº 333/2018, para aperfeiçoar a disciplina relativa ao pedido de redução de multas e dos juros relativos aos débitos tributários do ICMS, nos termos do Decreto nº 46.453/2018, por meio do fisco fácil. (DO-I de 29/11/18).

### **Resolução SEFAZ nº 354 de 28 de novembro de 2018**

Estabelece, para o exercício de 2019, os prazos de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores Terrestres - IPVA - relativo a veículos automotores terrestres usados e altera a Resolução 978/2016 que dispõe sobre procedimentos de cobrança do IPVA.

## **Subsecretaria de Estado de Receita Superintendência de Tributação**

### **Portaria SUT nº 186 de 27 de novembro de 2018**

Altera o manual de diferimento, ampliação de prazo de recolhimento, suspensão e de incentivos e benefícios de natureza tributária aprovada pelo Decreto nº 27.815/2001. (DO-I de 29/11/18).

---

**Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: [Isaura@firjan.org.br](mailto:Isaura@firjan.org.br). Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.